

Universidade de Brasília (UnB)  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de  
Políticas Públicas (Face)  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)  
Bacharelado em Ciências Contábeis

Mateus Martins Gonçalves

**Evidenciação de Instrumentos Financeiros Derivativos: Grau de Cumprimento dos  
Requerimentos dos Padrões Cosif e IFRS pelas Maiores Instituições Financeiras  
Brasileiras**

Brasília - (DF)  
2019

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura  
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva  
Vice-reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas  
Públicas

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva  
Coordenador de Pós-Graduação do curso Ciências Contábeis

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes  
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis

Professora Doutora Danielle Montenegro Salamone Nunes  
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade,  
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

Mateus Martins Gonçalves

**Evidenciação de Instrumentos Financeiros Derivativos: Grau de Cumprimento dos  
Requerimentos dos Padrões Cosif e IFRS pelas Maiores Instituições Financeiras  
Brasileiras**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)  
apresentado ao Departamento de Ciências  
Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia,  
Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas  
Públicas da Universidade de Brasília, como  
requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em  
Ciências Contábeis e consequente obtenção do  
grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danielle Montenegro Salamone Nunes

Brasília (DF)  
2019

GONÇALVES, Mateus Martins.

Evidenciação de Instrumentos Financeiros Derivativos: Grau de Cumprimento dos Requerimentos dos Padrões Cosif e IFRS pelas Maiores Instituições Financeiras Brasileiras / Mateus Martins Gonçalves - Brasília, 2019. 32p.

Orientador (a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Danielle Montenegro Salamone Nunes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1º Semestre letivo de 2019.

Bibliografia.

1. Derivativos 2. Evidenciação 3. Instituições Financeiras Brasileiras  
4. IFRS 5. COSIF.

I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília.

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico o presente trabalho primeiramente a Deus, por ter me apoiado e cuidado de mim nos momentos difíceis.

Agradeço à minha família, pelo apoio sem medidas e confiança no meu potencial, que me ensinaram lições que levarei por toda a vida.

Também agradeço à Thyanne Costa, pelo companheirismo, paciência e suporte em todos os momentos.

Agradeço à minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Danielle Montenegro Salamone Nunes, pela orientação e direcionamento da pesquisa.

Por fim, a todos a quem tenho o orgulho de chamar de amigos, que me sinto extremamente privilegiado de ter crescido e partilhado os momentos mais importantes da minha vida com eles.

## RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar o grau de evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos nas instituições financeiras brasileiras, de acordo com o padrão de evidenciação do COSIF e do IFRS. Para isto, foram analisadas as demonstrações financeiras anuais de 2013 a 2017, nos dois modelos de divulgação, das oito maiores instituições financeiras em atuação no Brasil. Foi uma pesquisa de metodologia qualitativa-quantitativa, com enfoque descritivo juntamente com método de análise documental das demonstrações. Para análise foi aplicado um *checklist* com os itens exigidos pelo COSIF e IFRS e posteriormente verificado o grau de cumprimento destes requerimentos. Os principais resultados indicaram uma evolução do nível de *disclosure* com o passar do tempo, foi destacado também que as instituições que possuem ADRs demonstraram um grau de evidenciação maior do que seus pares e notou-se uma diminuição no desvio padrão no atendimento das instituições ao modelo IFRS, inferindo uma convergência dos bancos para uma evidenciação mais completa e menos assimétrica na divulgação de derivativos. Ainda assim observou-se certa variabilidade no atendimento de certos tópicos de cada modelo de divulgação, com o IFRS obtendo um grau maior de evidenciação que o COSIF, ambos ainda não apresentando o cumprimento integral das normas.

**Palavras-Chave:** Derivativos. Evidenciação. Instituições Financeiras Brasileiras. IFRS. COSIF

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

**ADR** – *American Depositary Receipts*

**B3** – Bolsa de Valores Brasileira, Brasil, Bolsa e Balcão

**BACEN** – Banco Central do Brasil

**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**CME** – *Chicago Mercantile Exchange*

**CMN** – Conselho Monetário Nacional

**CPC** – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

**COSIF** – Plano de Contas das Instituições Financeiras

**CVM** – Comissão de Valores Mobiliários

**FIA** – *Futures Industry Association*

**IFRS** – *International Financial Reporting Standards*

**ISDA** – *International Swaps & Derivatives Association*

**NYSE** – *New York Stock Exchange*

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais Operações com Derivativos .....	12
Quadro 2 - Riscos envolvidos com os instrumentos financeiros derivativos.....	13
Quadro 3 - Resumo dos Requerimentos do IFRS 7 .....	15
Quadro 4 - Resumo dos requerimentos de evidenciação para operações com derivativos, de acordo com o COSIF .....	17



## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Maiores instituições financeiras por ativo total - 12/2017 .....	20
Gráfico 2 - Percentual médio de atendimento por instituição analisada - 2013 a 2017 .	23

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Nível de evidenciação de instrumentos financeiros derivativos de acordo com os padrões COSIF e IFRS.....	21
Tabela 2 - Percentual Médio de Atendimento das Instituições com e sem ADR.....	22
Tabela 3 - Percentual de atendimento por requisito e por ano - IFRS .....	24
Tabela 4 - Percentual de atendimento por requisito e por ano - COSIF.....	25
Tabela 5 - Nível de Evidenciação no padrão IFRS .....	26
Tabela 6 - Nível de Evidenciação no padrão COSIF.....	26

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2.1 Origem e Evolução dos Derivativos.....	9
2.2 Tipos de Derivativos e Riscos .....	11
2.3 Evidenciação e Mensuração dos Derivativos .....	14
3. PROCEDER METODOLÓGICO .....	18
3.1 Classificação do Estudo.....	18
3.2 Amostra do Estudo e Coleta de Dados .....	18
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	20
4.1 Grau de Evidenciação.....	20
4.2 Análise dos Dados Agregados .....	24
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	27
REFERÊNCIAS .....	28

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente os mercados financeiros globais apresentam um alto nível de regulação e eficiência. Com uma economia cada vez mais interligada e um volume recorde de trocas comerciais, o mercado também evolui em sua forma de evidenciar e mensurar seus instrumentos financeiros para usuários externos.

A *Futures Industry Associations* - FIA destaca que o mercado brasileiro de derivativos é um dos maiores do mundo e o Relatório de Economia Bancária do Bacen (2018) dispõe que uma das principais causas disso é o real não ser uma moeda conversível no exterior, o que torna os derivativos de câmbio um dos principais meios de investir no país (FIA, 2018; BACEN, 2018).

O referido relatório também destaca que o volume negociado nos Estados Unidos em operações com derivativos em real passou de US\$ 33,1 bilhões, em abril de 2005, para US\$ 292 bilhões, em outubro de 2018, e o patrimônio líquido dos Fundos Multimercado, classe de fundos que habitualmente assume posições especulativas em contratos de derivativos de câmbio e juros, passou de R\$ 243,5 bilhões, ao final de 2002, para R\$965,8 bilhões, em outubro de 2018. Diante desse cenário, o mercado de derivativos brasileiro experimentou profundas transformações para se adequar à nova realidade do país (BACEN, 2018).

No Brasil, as instituições financeiras são *players* relevantes das operações com derivativos e dessa maneira devem seguir as diretrizes de evidenciação ditadas pelo Bacen através do Plano de Contas das Instituições financeiras - COSIF. Devido a tendência global de convergência das demonstrações financeiras e a demanda de usuários externos por uma informação de maior qualidade, em 2010, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por meio da resolução nº 457/07, tornou obrigatória a divulgação das demonstrações pelo modelo do IFRS. Desde então, as instituições financeiras de capital aberto devem divulgar de duas formas suas demonstrações – de acordo com o padrão COSIF e de acordo com o modelo do IFRS.

Por obter uma contabilização diferente e um pouco mais complexa, Turra (2016) destaca as peculiaridades da contabilização das operações com derivativos das instituições financeiras, citando a alocação de capital regulatório para fins de cobertura de exposições a riscos de mercado, de crédito e operacional; a implantação de estrutura

independentemente de gerenciamento de riscos para o controle e monitoramento contínuo das exposições a riscos; a necessidade de informar, com frequência, ao órgão regulador as exposições a riscos de mercado, crédito ou operacional; e a obrigação de divulgar as políticas de gerenciamentos de riscos e as posições ativas e passivas dos derivativos.

Pesquisas a respeito do nível de evidenciação nas demonstrações contábeis nos trazem muita informação do arcabouço contábil atual e seu desenvolvimento. Garcia, Sousa-Filho e Boaventura (2018) salientam que um alto grau de evidenciação contribui para a diminuição da assimetria de informações entre gestores e demais *stakeholders* e contribui para um melhor desempenho financeiro.

Entre as pesquisas sobre derivativos, pode-se citar Matos (2013), que compara o uso de derivativos para *hedge accounting* entre empresas brasileiras e japonesas negociadas na *The New York Stock Exchange* – NYSE, demonstrando que 87% das empresas japonesas utilizam a ferramenta de *hedge* enquanto somente 42% das brasileiras utilizam tal metodologia, o que mostra o tamanho do mercado que o Brasil ainda tem a atingir.

Apesar de sua contabilização heterogênea, Zenaro (2018) destaca em seu estudo que o uso de derivativos como parte de gestão de risco das empresas é uma ferramenta essencial para saúde financeira da entidade e que a falta de uma política de *hedge* é extremamente perigosa. Nesse mesmo sentido, Johansen e Plenborg (2013) demonstram que no âmbito internacional existe uma alta demanda pela evidenciação de derivativos por parte dos usuários externos e uma baixa satisfação neste aspecto, o que demonstra a importância desse tema no âmbito internacional.

Estudos que tratam da forma como os derivativos são evidenciados são comuns também no Brasil, podendo citar pesquisadores como Darós e Borba (2005), que publicaram um estudo sobre evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis, Ambrozini (2014) que avaliou o grau de evidenciação dos derivativos em empresas do Ibovespa, Alves (2014), que analisou o grau de evidenciação de derivativos dos maiores bancos brasileiros entre 2010 e 2012, e Swarovski e Vitor (2015), que analisaram as instituições financeiras de capital aberto e seu grau de atendimento ao CPC 40, a norma nacional que dispõe sobre evidenciação.

De maneira geral, os estudos citados observaram que o nível de atendimento às normas de evidenciação ainda é insatisfatório. Dessa forma, levando-se em consideração os níveis insatisfatórios de evidenciação observados e a necessidade de

uma informação de qualidade, o presente estudo tem a seguinte questão de pesquisa: qual o nível de cumprimento dos requerimentos de evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos pelas instituições financeiras brasileiras?

Assim, o estudo objetiva identificar o nível de cumprimento dos requerimentos de evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos pelas instituições financeiras brasileiras, de acordo com as normas do COSIF e do IFRS. Adicionalmente, busca-se analisar se houve evolução na qualidade da evidenciação de derivativos, dando continuidade as pesquisas na área, como Alves (2014), que analisou o grau de evidenciação de derivativos entre 2010 e 2012 dos 10 maiores bancos brasileiros da época.

Dessa forma, para alcançar o objetivo do presente estudo, serão analisadas as demonstrações financeiras de 2013 a 2017 dos oito maiores bancos brasileiros, explorando a evolução da evidenciação dos instrumentos derivativos tanto pelo padrão COSIF, quanto pelo modelo estabelecido nas normas IFRS.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Origem e Evolução dos Derivativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 14, que discorre sobre o reconhecimento, evidênciação e mensuração de instrumentos financeiros, um derivativo é um instrumento financeiro ou outro contrato que possui todas as três características a seguir:

- (a) seu valor se altera em resposta a mudanças em uma taxa de juros específica, no preço de um instrumento financeiro, commodity, taxa de câmbio, índices ou de taxa de avaliação (rating) de crédito, ou outra variável, às vezes denominada “ativo subjacente”, desde que, no caso de variável não financeira, a variável não seja específica a uma parte do contrato;
- (b) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperada resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e
- (c) deve ser liquidado em data futura (CPC, 2008).

De forma mais sucinta, Toledo Filho (1999) apresenta os derivativos como instrumentos financeiros sempre derivados de um ativo, utilizados por pessoas ou instituições nos mercados futuros ou de opções. De acordo com o autor, esses instrumentos são utilizados para realizar *hedge* (proteção), para gerenciar riscos ou mesmo para especular.

Farhi e Borghi (2009) asseveram que uma importante característica dos derivativos é negociar no presente o valor futuro de um ativo, sendo necessário que haja acordo entre o comprador e o vendedor. Por essa razão, os mercados de derivativos constituem um jogo de soma zero, em que os montantes perdidos por uns correspondem exatamente aos ganhos auferidos por outros, sendo essa concepção fundamental para o entendimento destes instrumentos.

Com relação ao surgimento desses instrumentos, argumenta-se que a ideia de fixar operações no presente mediante acontecimentos futuros existe desde que as mercadorias eram trocadas nos tempos antigos. Mendes (2003) apresenta o Japão feudal do século XVII como um dos locais ligados à origem do mercado de futuro. De acordo com o autor, os primeiros contratos futuros foram os recibos de arroz e remontam a 1730. Os contratos para entrega futura viabilizavam colocar a curto, médio e longo prazo o que era produzido em curto espaço de tempo.

Ferreira (2008) relata, ainda, que um dos primeiros surtos especulativos com contratos futuros foi vivenciado pela Holanda no século XVII. De acordo com o autor, as tulipas eram negociadas no inverno para serem entregues na primavera, representando um papel negociável com data para a entrega. Quando um dos contratos não foi honrado, a crise de confiança se espalhou e a bolha eclodiu.

Já Carvalho (1999) alega que, independentemente de sua origem histórica, o aparecimento de derivativos deu-se como uma forma de agilizar e dar maior segurança à negociação de *commodities*. Para o autor, a possibilidade de antecipar vendas através de um contrato em que o produtor se comprometia a entregar futuramente determinada quantidade de mercadoria a determinado preço era uma forma de garantir ao produtor a desova de sua produção.

No tocante a prosperidade dos derivativos, Amaral (2003) ressalta que o que difundiu o uso dos derivativos foi a crescente volatilidade das taxas de juros e câmbio em todo mundo, as quais causaram períodos de graves problemas econômicos. Assim, num ambiente de grande instabilidade, muitas empresas que até então pareciam sólidas, tiveram seu fluxo de caixa comprometido, o que levou os doadores de recursos a aumentarem as exigências para realizarem empréstimos.

Dessa forma, o mercado de derivativos prosperou quase que naturalmente, a partir do momento em que os que buscavam proteção no mercado (os *hedgers*), transferiam o risco para aqueles que procuravam assumir tais riscos (os especuladores).

Farhi e Borghi (2009) atribuem o referido aumento da volatilidade de juros e câmbio ao fim dos acordos de *Bretton Woods* e mencionam que a utilização desses instrumentos não se restringiu ao propósito de se proteger da volatilidade, passando a se tornar um instrumento privilegiado de especulação, dada a possibilidade de elevados ganhos de capital. Farhi e Borghi (2009) ressaltam ainda que os mercados de derivativos vinculados às taxas de câmbio passaram a exercer uma influência decisiva no processo de formação do preço dos principais mercados cambiais globais (dólar, marco/euro, iene, libra esterlina, franco suíço).

Carvalho (1999) destaca que desde que esses instrumentos financeiros passaram a ser evidenciados, eles se desenvolveram a tal velocidade que as normas contábeis não acompanharam essa evolução. Como resultado dessa deficiência, passou a haver um tratamento contábil não homogêneo por parte das empresas e instituições financeiras preponderando a evidenciação por notas explicativas, o que resultou em um grande volume de itens fora do balanço.



Amaral (2003) corrobora com essa ideia ao afirmar que, a brecha da legislação, aliada às enormes perdas que ocorreram recentemente, fez com que os instrumentos derivativos fossem considerados o grande vilão do mercado. Mas, ainda de acordo com o autor, esses instrumentos têm sido muito utilizados nos últimos anos, seja devido à maior interação dos mercados, seja pelo fato de que as empresas adquiriram um maior conhecimento sobre tais instrumentos.

De fato, desde a sua origem, os instrumentos caracterizados como derivativos foram sendo utilizados com cada vez mais frequência ao redor do mundo e, após uma forte demanda agrícola por contratos futuros no século XIX, originou-se, em 1848, a *Chicago Board of Trade*, primeira Bolsa de Derivativos e até hoje a maior do mundo com o nome de *Chicago Mercantile Exchange* (CME GROUP, 2019).

Amaral (2003) relata que, no Brasil, a primeira bolsa de *commodities* agrícolas surgiu em 1917, a Bolsa de Mercadorias de São Paulo, mas esta não negociava contratos futuros, o que veio a ser realizado somente em 1983 com a constituição da Bolsa Brasileira de Futuros, no Rio de Janeiro.

Recentemente, no primeiro semestre de 2018, a B3 (antiga BM&F Bovespa) foi classificada como a 3º maior bolsa de derivativos em volume pela *Futures Industry Association* (FIA), ficando atrás somente das bolsas de Chicago e da Índia, o que indica o rápido crescimento e a alta relevância desse mercado no Brasil.

## 2.2 Tipos de Derivativos e Riscos

De acordo com Niyama (2009), os derivativos podem ser utilizados com dois propósitos: como *hedge*, para se proteger contra variações positivas ou negativas de preços; e como especulação, assumindo os riscos dos *hedges*, visando obter lucro.

Niyama (2009) apresenta também as principais operações que envolvem os instrumentos financeiros derivativos, aqui evidenciadas no Quadro 1.

**Quadro 1 - Principais Operações com Derivativos**

Mercado a Termo	No mercado a termo, as partes definem um acordo de compra e venda de um determinado ativo, para entrega numa data futura, por um preço pré-estabelecido, sendo tais operações realizadas no mercado de balcão (fora da bolsa de valores) ou na bolsa de valores.
Mercado Futuro	Diferentemente do mercado a termo, no mercado futuro são exigidos os ajustes diários (nivelamento de preços) e o contrato é liquidado na maioria das vezes sem a entrega física do bem. As partes pactuantes não se relacionam entre si, mesmo após a operação ser concluída, pois a câmara de compensação é que ficará incumbida dessa liquidação e acerto entre as contrapartes.
Mercado de opções	No mercado de opções existe um prêmio para adquirir o contrato, nesse caso, na liquidação o titular tem a opção de compra/ <i>call</i> ou de venda/ <i>put</i> . Essas opções permitem que o comprador ou titular possam exercer o direito de vender ou comprar o bem que foi celebrado no contrato.
Operações de swap	Operações de swap são contratadas pelas partes que precisam trocar seu fluxo de caixa. Na prática, as empresas buscam harmonizar com essa operação os impactos das oscilações dos valores que foram previstos nos seus fluxos de caixa.

Fonte: Adaptado de Niyama (2009).

Embora os derivativos possam oferecer benefícios importantes de estabilidade e previsibilidade para as entidades que os utilizam, também podem ser armas de destruição em massa, como chamou o megainvestidor Warren Buffet (Shen,2016).

Recentemente no Brasil, os efeitos destes instrumentos causaram estragos consideráveis, provocando prejuízos milionários e falências de empresas consolidadas no mercado. De fato, após a crise de 2008 houve um movimento de desalavancagem global e de fuga dos investidores para investimentos considerados de melhor qualidade e consequente depreciação do real em relação ao dólar. Nesse contexto, foram reveladas enormes perdas financeiras de importantes empresas em posições nos mercados de derivativos de câmbio (FARHI; BORGHI, 2009).

Segundo Adachi e Figueiras (2018), a Aracruz foi uma das empresas brasileiras mais expostas ao risco de operações com derivativos, fixando suas perdas em R\$ 4,3 bilhões em 2008 ao liquidar 97% de suas posições. A exposição total àqueles instrumentos financeiros equivalia a cinco anos de sua receita de exportação, algo em torno de US\$ 10 bilhões, sendo que 80% eram via derivativos que passaram a ser chamados de tóxicos, em virtude do risco de destruição que embutiam.

Já a Sadia obteve prejuízos de R\$ 2,55 bilhões no mesmo ano por executar a mesma operação e foi socorrida pelo Bradesco e Banco do Brasil com linha de crédito de 1 bilhão cada, e posteriormente se fundiu a Perdigão para criação da *BRFoods* (ADACHI; FIGUEIRAS, 2018).

No âmbito mundial, tem-se o emblemático caso do Banco Barings, o banco mais antigo da Inglaterra, que faliu em 1995 graças ao uso irresponsável de derivativos

cambiais, que geraram perdas de US\$ 1,33 bilhão, sendo o caso tão famoso que originou o filme intitulado “A Fraude” de 1999 (AMARAL, 2003).

Guttmann (2008) sublinha que esse movimento especulativo se vincula, especialmente, à dominação da lógica de maximização do valor ao acionista. Nesse contexto, as prioridades da empresa voltam-se aos resultados de curto prazo, em detrimento de atividades de longo prazo, que englobam, por exemplo, os investimentos convenientes. Assim, são observados grandes aumentos nos portfólios de ativos financeiros de corporações não financeiras.

Embora os desdobramentos destas operações tenham permitido elevados ganhos especulativos e patrimoniais, Tavares e Belluzzo (2002) apontam que o sistema tornou-se mais instável e sujeito a riscos sistêmicos, dado o elevado grau de alavancagem, e o aumento da volatilidade nos preços dos ativos.

Por conseguinte, então, torna-se premente conhecer os principais fatores que afetam os instrumentos derivativos e os riscos enfrentados pelas empresas quando operam com esses instrumentos. Tostes (1997) elenca seis principais tipos de riscos que devem ser gerenciados, conforme Quadro 2.

**Quadro 2 - Riscos envolvidos com os instrumentos financeiros derivativos.**

<b>Risco</b>	<b>Definição</b>
Risco de Crédito	Perda econômica que o usuário final irá sofrer se a contraparte não liquidar sua obrigação financeira no vencimento do contrato derivativo
Risco de Mercado	Incerteza sobre quanto a receita futura está exposta, como resultado de variações no valor das carteiras compostas de instrumentos financeiros. Esse risco é a consequência de buscar formar mercados, assumir posições, gerenciar ativos e passivos nos mercados de taxas de juros, câmbio, ações e mercadorias.
Risco de Liquidez	Surge quando uma empresa é incapaz de encontrar mercado para reverter uma determinada posição.
Risco Legal	Possibilidade de perda como resultado de o contrato estar em desacordo com a regulamentação existente, invalidando ou alterando os retornos esperados. Representa a incerteza de garantir o cumprimento dele por vias legais ou processo judicial.
Risco Operacional	Potencial de perda causada por falha de informação, comunicação, processamento de transação ou sistema de liquidação.
Risco Humano	Principal tipo de erro quando se está especulando. Capacidade de julgamento é a habilidade de tomar boas decisões. Decisões ruins são causas de perdas financeiras, ao permitir que a empresa incorra, fora de controle, em alguns dos riscos mencionados anteriormente

Fonte: Adaptado de Tostes (1997).

Ademais, após as revelações dos prejuízos das empresas brasileiras com derivativos, novas regras contábeis foram adotadas no Brasil, podendo a Instrução CVM 475 ser citada como exemplo (Turra, 2016). No cenário mundial, o efeito da crise

também levou a adoção de práticas mais rigorosas com a revisão da norma de *disclosure* IFRS 7, a criação do IFRS 9 e do acordo de Basiléia III.

### 2.3 Evidenciação e Mensuração dos Derivativos

No que se refere à normatização das operações com instrumentos derivativos e a divulgação dos mesmos nas demonstrações financeiras, no Brasil, esta normatização é efetuada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Banco Central do Brasil – BACEN, ambas autarquias federais ligadas ao Ministério da Economia. Enquanto a primeira regula o mercado de capitais, normatizando as demonstrações contábeis das empresas de capital aberto, o segundo regula as instituições financeiras, exigindo demonstrações contábeis de acordo com o Plano de Contas das Instituições Financeiras (COSIF).

Turra (2016) ressalta que a CVM, por meio da Instrução 457 de 2007, estabeleceu que as demonstrações contábeis das sociedades anônimas a partir de 2010 também deveriam ser publicadas de acordo com as normas do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), ou seja, com as normas internacionais de contabilidade. Essa convergência com as normas internacionais permitiu uma maior padronização das demonstrações contábeis e facilitou a comparação das informações contábeis (ALVES, 2014).

A norma internacional IFRS 7 (*Financial Instruments: Disclosures*) determina os procedimentos para a evidenciação de instrumentos financeiros levando em consideração a relevância que eles possuem na situação patrimonial e no desempenho de uma companhia. De acordo com a norma, a evidenciação deve levar em conta o tipo de atividade desenvolvida e o montante de instrumentos financeiros da entidade (DELOITTE, 2017).

Essa norma tem uma atenção especial ao fator risco. A gestão de riscos é classificada em risco de crédito, de liquidez ou de mercado e em qualitativos e quantitativos. Com relação à classe qualitativa, devem ser divulgados a exposição total ao risco e sua origem; os objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos, assim como os métodos utilizados na sua mensuração; e quaisquer alterações nos itens anteriores em relação ao período anterior (BACEN, 2006).

No tocante às informações quantitativas, deve ser informado a partir da análise dos dados gerenciais da empresa um resumo quantitativo de cada exposição e o grau de

risco que está sujeita. Juntos, esses *disclosures* oferecem uma ampla visão de como a entidade utiliza os instrumentos financeiros e o nível de risco que estão expostas (BACEN, 2006).

Com relação à forma de avaliação dos instrumentos derivativos, a norma ressalta que eles devam ser avaliados a valor justo, por essa razão a norma exige que a entidade evidencie de forma clara os métodos utilizados para a determinação do valor justo (DELOITTE, 2017). Cameran e Perotti (2010) sublinham que a estimação do valor justo para instrumentos derivativos são particularmente mais suscetíveis a controvérsias por possuírem uma estrutura mais complexa.

A IFRS 7 aborda também orientações sobre reclassificações entre categorias, mediante apresentação do motivo e do montante, do *disclosure* de garantias dadas e recebidas, da natureza de operações de desreconhecimento de ativos e da movimentação das contas de provisão para perdas de crédito (BACEN,2006).

No Quadro 3 são apresentadas as diretrizes do referido pronunciamento de forma sucinta, que serão utilizadas como diretrizes para a pesquisa.

**Quadro 3 - Resumo dos Requerimentos do IFRS 7**

IF 1	Os valores contábeis para as seguintes categorias: (A) ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado, segregando os designados como tal e os classificados para negociação;(B) mantidos até o vencimento; (C) empréstimos e recebíveis; (D) disponíveis para a venda (E) passivos financeiros avaliados pelo valor justo por meio do resultado, segregando os designados como tal e os classificados para negociação (F) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
IF 2	Os valores dos derivativos de crédito associados aos empréstimos e recebíveis. Mas também qualquer alteração no valor justo dos derivativos de crédito.
IF 3	Se a entidade tiver efetuado a reclassificação (pelo custo em detrimento do valor justo ou vice-versa) de um ativo financeiro, deve ser evidenciado o montante que foi reclassificado e o motivo que levou a alteração de categoria.
IF 4	Os ativos financeiros dados em penhor para garantia de ativos ou passivos contingentes.
IF 5	A existência de instrumentos financeiros compostos com múltiplos derivativos embutidos.
IF 6	Na Demonstração do Resultado Abrangente a organização deve divulgar os ganhos ou perdas líquidas nos instrumentos classificados nas categorias: (A) ativos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado, segregando os designados como tal e os classificados para negociação;(B) mantidos até o vencimento; (C) empréstimos e recebíveis; (D) disponíveis para a venda (E) passivos financeiros avaliados pelo valor justo por meio do resultado, segregando os designados como tal e os classificados para negociação (F) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
IF 7	Os instrumentos financeiros classificados como instrumento de hedge e seu valor justo no final do exercício, assim como a natureza dos riscos a serem detectados. Também deve ser publicada a política de gestão de risco.
IF 8	Para os hedges de fluxo de caixa, os períodos previstos para afetar o lucro ou os fluxos de caixa, e a quantia registrada em outros resultados abrangentes.

IF 9	Deve se segregado separadamente em hedges de valor justo, os ganhos e perdas dos instrumentos de cobertura e nos itens coberto atribuível ao risco coberto.
IF 10	Para cada classe de ativos e passivos financeiros, deve ser publicado o valor justo e o valor contábil a fim de permitir a comparabilidade.
IF 11	Com relação à mensuração dos instrumentos financeiros, a entidade deve observar as três hierarquias para a obtenção do valor justo. Caso o instrumento financeiro não seja cotado em mercado ativo, a entidade deve divulgar a metodologia usada para avaliá-lo.
IF 12	Para cada classe de instrumento financeiro a entidade deve evidenciar a exposição máxima ao risco de crédito, garantias e análise dos prazos dos ativos financeiros que estão vencidos.
IF 13	Com relação ao risco de liquidez a entidade deve divulgar uma análise dos prazos dos passivos financeiros.
IF 14	Sobre o risco de mercado, uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado, assim como os métodos utilizados para elaboração dessa análise.
IF 15	Com relação às operações envolvendo transferência de ativos financeiros, a organização deve divulgar o novo montante em cada categoria e os riscos nos quais a organização continua exposta e se continua a reconhecer os ativos transferidos.

Fonte: Alves (2014, p.18)

Com relação às normas do BACEN sobre derivativos, o COSIF apresenta que deve ser definido se o instrumento financeiro é para venda ou transferência. Alves (2014) assevera que para essa definição a questão do risco e benefício deve ser avaliada, a empresa deve analisar se é identificável a transferência dos riscos e benefícios para a contraparte. Ademais, as entidades devem exibir se houve transferência dos riscos e benefícios dessas operações nas notas explicativas.

A respeito dos instrumentos financeiros derivativos utilizados pelas instituições financeiras, o item 1.4.4 do COSIF dispõe sobre as seguintes normas:

- a) nas operações a termo é registrado na data da operação o valor contratado menos a diferença entre esse valor e o preço do bem ou direito, as receitas e despesas são registradas na ocasião dos balanços e balancetes mensais por ocasião dos balancetes mensais e balanço;
- b) nas operações envolvendo opções deve ser registrado o valor dos prêmios pagos ou recebidos;
- c) nas operações no mercado futuro os ajustes diários devem ser registrados em contas patrimoniais, sendo a apropriação levada a resultado por ocasião dos balancetes mensais e balanços;
- d) nas operações de swap o diferencial a receber ou pagar deve ser registrado em contas patrimoniais, sendo a apropriação levada a resultado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. (COSIF, 2010).

Ainda em relação à utilização destes instrumentos pelas instituições financeiras, é admitido que as instituições financeiras realizem grande parte de suas operações de derivativos no mercado de balcão. Essa característica permite as operações financeiras serem mais dinâmicas. A resolução mais atual do CMN sobre operações com derivativos, Resolução CMN 4.662, de maio 2018, trata principalmente da regulação do

mercado de balcão e é uma evolução que coloca o Brasil em linha com os países mais evoluídos neste aspecto, seguindo a tendência de maior transparência e segurança do mercado de derivativos de balcão (ISDA, 2019)

A referida resolução cria uma margem bilateral para garantia das operações, ou seja, a resolução prevê a reserva de um valor com base no volume da operação em uma conta de garantia, para proteção a alguma variação excessiva no valor de mercado ou inadimplência da contraparte. A resolução isenta ainda as operações de *hedge* de tal obrigatoriedade e impede a utilização de uma mesma garantia para mais de uma operação (BACEN, 2006). Segundo a *International Swaps & Derivatives Association* – ISDA (2019), a garantia de operações de derivativos no mercado de balcão é um dos mais importantes aspectos das reformas financeiras globais.

Para melhor assimilação dos requerimentos de evidenciação apresentados pelo COSIF, Alves (2014) sintetiza com clareza os tópicos da norma no Quadro 4.

**Quadro 4 - Resumo dos requerimentos de evidenciação para operações com derivativos, de acordo com o COSIF**

CO 1	Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos (local de negociação, faixas de vencimento, indexador de referência e contraparte)
CO 2	Estratégias de gerenciamento de riscos e os resultados obtidos com relação aos objetivos propostos, principalmente a política de hedge e controles internos
CO 3	Critérios de mensuração, avaliação e métodos utilizados na apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros.
CO 4	Os valores classificados nas contas de ativo, passivo e compensação segregada por risco, estratégia de atuação no mercado e categoria. A entidade também deve classificar os valores registrados com objetivo de hedge e de negociação.
CO 5	Ganhos e perdas decorrentes da utilização dos instrumentos financeiros, destacando o valor registrado no resultado e no patrimônio líquido. Assim como o valor líquido estimado dos ganhos e perdas destacado em conta do patrimônio líquido que se espera ser reconhecido nos próximos 12 meses.
CO 6	Principais transações e compromissos futuros objeto de hedge de fluxo de caixa, o prazo para o previsto reflexo financeiro deve ser destacado.
CO 7	Os valores e os tipos de margens dadas em garantia.
CO 8	Informações referentes as operações de transferência de ativos financeiros. A organização deve divulgar se a transferência dos riscos e benefícios ocorreu de forma total ou parcial. Também deve ser evidenciado a natureza dos mesmos nos quais a instituição continua exposta e os valores contábeis dos ativos financeiros segregados por categoria.
CO 9	Sobre as operações envolvendo derivativos de crédito: objetivos, políticas e estratégias da entidade; volume de risco de crédito recebido ou transferido e segregação entre swap de crédito e swap de taxa de retorno total.

Fonte: Alves (2014, p. 16)

### **3. PROCEDER METODOLÓGICO**

Esta seção do estudo tem por finalidade apresentar os procedimentos metodológicos utilizados na apuração do grau de evidenciação das operações com derivativos das principais instituições financeiras do Brasil. Além da classificação do estudo, são apresentados os procedimentos utilizados a seleção da amostra e na coleta dos dados analisados.

#### **3.1 Classificação do Estudo**

Esta pesquisa é considerada de natureza descritiva, pois buscou identificar o nível de evidenciação das operações com derivativos das instituições financeiras brasileiras no que tange às exigências de evidenciação relativas as normas do COSIF e da IFRS. Collis e Hussey (2005) asseveram que a pesquisa descritiva vai além de descrever o comportamento dos fatos, visto que avalia outras questões pertinentes ao estudo. De acordo com Turra (2016), a metodologia utilizada no estudo pode ser classificada como qualitativa-quantitativa, uma vez que o estudo recorreu a análise documental das demonstrações contábeis e notas explicativas para mensurar o nível de evidenciação, assim como também se utilizou de técnicas estatísticas para compilar os dados e se atingir os objetivos da pesquisa.

#### **3.2 Amostra do Estudo e Coleta de Dados**

A amostra do estudo foi composta pelas 8 maiores instituições financeiras do Brasil, classificadas pelo ativo total, conforme dados das instituições financeiras disponíveis na página da internet do Bacen. Foram analisados os ativos totais na data base de 31 de dezembro de 2017. As oito instituições selecionadas foram Itaú, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, BNDES, Santander, BTG e Safra.

Dessa forma, foram analisadas as demonstrações contábeis das instituições financeiras selecionadas para compor a amostra correspondente ao período compreendido entre 2013 e 2017, tendo sido analisados os balanços anuais consolidados de cada ano. A escolha do período analisado levou em consideração o fato do trabalho de Alves (2014) ter analisado o período compreendido entre 2010 e 2012, permitindo



avaliar a evolução do nível de evidenciação de derivativos. De fato, assim como o estudo de Alves (2014), o objetivo do estudo consistiu em analisar o grau de evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos em relação às normas do COSIF e IFRS, a partir da análise das demonstrações financeiras dessas instituições. A escolha dessas normas ocorreu pelo fato de a legislação vigente exigir que as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil publiquem suas demonstrações financeiras de acordo com as duas normas.

As demonstrações financeiras das instituições analisadas foram obtidas na seção de relacionamento com investidor dos sites oficiais de cada instituição. Foram analisados os balanços consolidados de cada instituição e as notas explicativas, e posteriormente comparadas com os requisitos de evidenciação exigidos pelos órgãos reguladores, avaliando o grau de atendimento de cada tópico, que estão sintetizados nos Quadros 1 e 2. Foi realizado um *checklist* dos requisitos das normas, tendo sido atribuído um score de 1 quando do atendimento total do requisito, 0,5 para o atendimento parcial e 0 quando o requisito da norma não foi atendido. A partir dessa pontuação foi realizada análise quantitativa do nível de evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos.

## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente seção tem como objetivo apresentar e analisar os dados que foram extraídos das demonstrações financeiras das 8 maiores instituições financeiras brasileiras em ativos totais (vide Gráfico 1), de acordo com os dados disponíveis no site do Bacen. A fim de investigar o grau de evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos, tomando como base os requisitos das normas do COSIF e da IFRS, avaliou-se o percentual de cumprimento dos requisitos destas normas, considerando que quanto maior o percentual de conformidade com a norma, maior o grau de evidenciação.

O Gráfico 1 apresenta os bancos selecionados na amostra com base nos dados de dezembro de 2017 extraídos do Banco Central do Brasil.



Gráfico 1 - Maiores instituições financeiras por ativo total - 12/2017

### 4.1 Grau de Evidenciação

Na Tabela 1 são apresentados os percentuais de atendimento em relação aos requisitos de evidenciação das normas do COSIF e do IFRS das oito instituições analisadas, ano a ano.

**Tabela 1- Nível de evidenciação de instrumentos financeiros derivativos de acordo com os padrões COSIF e IFRS**

Banco	Padrão Avaliado	2013	2014	2015	2016	2017
Itaú	Cosif	89%	89%	89%	89%	89%
	IFRS	93%	93%	93%	93%	93%
Banco do Brasil	Cosif	72%	72%	72%	78%	78%
	IFRS	70%	70%	77%	80%	80%
Caixa	Cosif	63%	63%	63%	63%	63%
	IFRS	71%	71%	71%	71%	75%
Bradesco	Cosif	78%	83%	83%	83%	89%
	IFRS	63%	63%	80%	80%	90%
BNDES	Cosif	56%	56%	56%	63%	63%
	IFRS	61%	64%	68%	75%	82%
Santander	Cosif	72%	78%	78%	78%	83%
	IFRS	87%	87%	87%	87%	87%
BTG Pactual	Cosif	69%	69%	69%	69%	75%
	IFRS	68%	68%	68%	71%	83%
Banco Safra	Cosif	75%	75%	88%	88%	88%
	IFRS	79%	79%	86%	86%	89%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos.

O percentual apresentado representa o grau de evidenciação atingido por cada instituição, implicando que quanto maior o percentual, maior foi o grau de atendimento da norma. Vale ressaltar ainda que o BNDES, a Caixa, o BTG Pactual e o Safra divulgaram nas demonstrações que não realizavam *hedge* contábil ou *hedge* de fluxo de caixa, por isso não foi levado em consideração este requisito no cálculo do percentual de atendimento da norma, de forma a não distorcer os percentuais apresentados, contribuindo para que as referidas instituições não ficassem com a pontuação prejudicada. No momento em que qualquer uma dessas instituições passou a divulgar o uso destas operações, o cálculo do percentual passou a incluir este requisito.

A partir da Tabela 1 é possível observar que existe uma alta variabilidade de resultados, corroborando os achados de Alves (2014). No que tange aos requisitos do IFRS, a instituição que apresentou o maior percentual de atendimento foi o Itaú, com um percentual de atendimento de 93% nos 5 anos analisados. Em contrapartida, o BNDES apresentou um percentual de atendimento de apenas 61% em 2013. Já em 2017, o percentual de atendimento do BNDES evoluiu para 82%, uma melhora significativa ao longo dos 5 anos analisados. Já a Caixa, que em 2013 apresentou um

percentual de atendimento dos requisitos do IFRS de 71%, acima do percentual observado para o BNDES, em 2017 apresentou um percentual de atendimento de 75%, ainda na casa dos 70%, pior nível de atendimento em 2017.

No que tange aos requisitos do COSIF, Itaú e Bradesco apresentaram o maior grau de evidenciação, com 89% de atendimento em 2017. Cabe ressaltar que o Itaú manteve o mesmo percentual de atendimento ao longo dos 5 anos analisados, já o Bradesco passou de um percentual de atendimento de 78% em 2013, para os 89% observados em 2017. No rol das instituições com os piores percentuais de atendimento, temos o BNDES e a Caixa com 63% de atendimento em 2017.

Em resumo, Itaú, Banco do Brasil, Bradesco e Santander apresentaram os melhores níveis de atendimento ao longo dos 5 anos analisados, o que pode ser justificado por essas instituições possuírem capital aberto, o que os força a apresentar um maior rigor e expertise na divulgação de suas informações. Outro fator que reforça essa hipótese é o fato dessas empresas possuírem ADRs (*American Depositary Receipts*), ou seja, possuírem recibos de negociação no mercado americano, o que implica em um maior *enforcement* e uma certa obrigatoriedade de apresentar um elevado grau de evidenciação. Adicionalmente, Francisco (2018) observou em seu trabalho que empresas que possuem ADRs e grande valor de mercado tendem a ter um maior grau de evidenciação.

Um outro fator que pode ser destacado é o fato do IFRS apresentar maior grau de evidenciação que o COSIF mesmo sendo uma norma estrangeira e de publicação mais recente, o mesmo fenômeno foi encontrado nas pesquisas de Alves (2014) e Martins (2015), o que indica um maior grau de evidenciação do IFRS no setor.

A Tabela 2 apresenta um comparativo entre o percentual médio de atendimentos das instituições com ADR em relação ao percentual médio de atendimento das empresas sem ADR.

**Tabela 2 - Percentual Médio de Atendimento das Instituições com e sem ADR**

	2013		2014		2015		2016		2017	
Padrão	IFRS	COSIF	IFRS	COSIF	IFRS	COSIF	IFRS	COSIF	IFRS	COSIF
Com ADR	78%	78%	78%	81%	84%	81%	85%	82%	88%	85%
Sem ADR	70%	65%	71%	65%	73%	69%	76%	70%	82%	72%

Ademais, pode ser destacado que todas as instituições da amostra apresentaram uma evolução de *disclosure* no agregado de 5 anos, o que mostra que houve evolução com o passar do tempo, que foi ensejado pelo maior tempo de adaptação das instituições às normas e a crescente importância que a evidenciação e a convergência das normas contábeis vêm apresentando no universo corporativo.

Essa evolução na qualidade do *disclosure* de informações também mostra que as instituições estudadas passaram a apresentar os critérios requeridos pelas normas de forma mais detalhada nos anos mais recentes (2016 e 2017), com a divulgação de estimativa de prazos e esclarecimento das estratégias.

Foi observado também que nem sempre os requerimentos das IFRS e do COSIF eram atendidos diretamente nas notas explicativas relacionadas a derivativos, tendo sido necessário observar outras notas que muitas vezes se encontravam de forma dispersa ao longo da demonstração, como as notas de contexto operacional, de práticas contábeis e de gerenciamento de risco.

O Gráfico 2 apresenta o percentual médio de atendimento as normas dos 5 anos analisados por instituição.

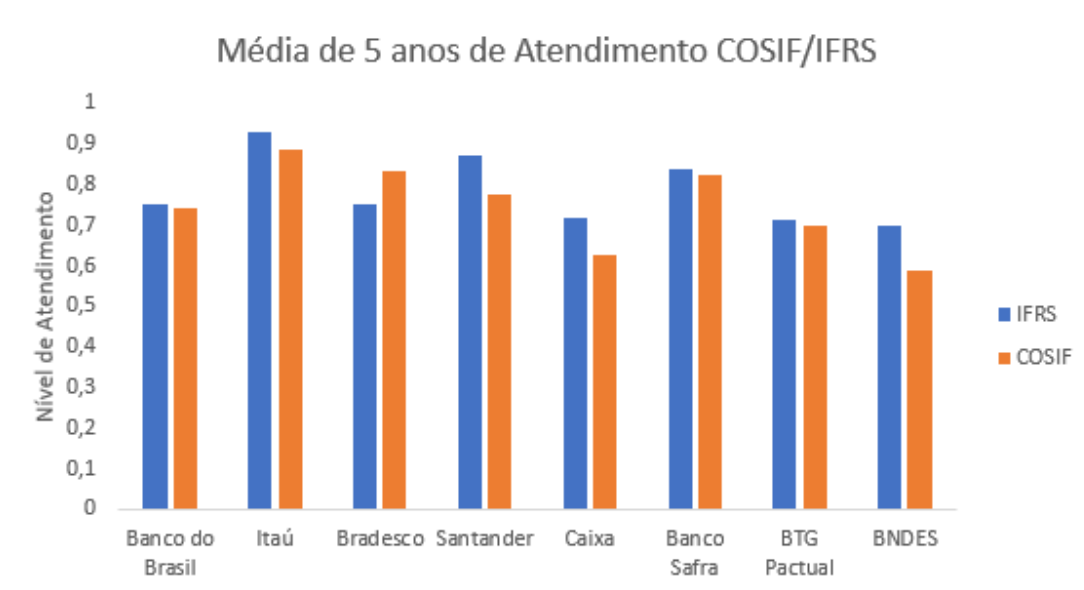


Gráfico 2 - Percentual médio de atendimento por instituição analisada - 2013 a 2017

Conforme exposto no Gráfico 2 e já comentado anteriormente, o Itaú foi a instituição que apresentou uma melhor qualidade na evidenciação das informações analisadas, tanto nos padrões IFRS, quanto nos padrões COSIF. Coincidentemente, é também a maior instituição financeira em ativos totais do Brasil. Em segundo lugar vem

as instituições financeiras Santander, Bradesco e Safra, sendo o primeiro com a segunda melhor média nos padrões IFRS e os dois últimos com a segunda melhor média segundo os padrões COSIF.

## 4.2 Análise dos Dados Agregados

Com relação aos itens analisados nas demonstrações financeiras, constatou-se que apesar da variabilidade no grau de evidenciação, alguns itens específicos estavam entre os mais evidenciados. A Tabela 3 apresenta o percentual de atendimento por requisito do IFRS analisado e a Tabela 4 apresenta o percentual de atendimento por requisito do COSIF.

**Tabela 3 - Percentual de atendimento por requisito e por ano - IFRS**

Item	2013	2014	2015	2016	2017
<b>IF 1</b>	100%	100%	100%	100%	100%
<b>IF 2</b>	63%	63%	63%	63%	63%
<b>IF 3</b>	94%	94%	100%	100%	100%
<b>IF 4</b>	88%	88%	88%	88%	100%
<b>IF 5</b>	56%	56%	63%	63%	63%
<b>IF 6</b>	0%	0%	0%	0%	6%
<b>IF 7</b>	75%	75%	94%	94%	100%
<b>IF 8</b>	29%	29%	29%	29%	50%
<b>IF 9</b>	63%	63%	69%	69%	75%
<b>IF 10</b>	75%	75%	81%	88%	100%
<b>IF 11</b>	100%	100%	100%	100%	100%
<b>IF 12</b>	94%	94%	100%	100%	100%
<b>IF 13</b>	94%	94%	94%	94%	100%
<b>IF 14</b>	94%	100%	100%	100%	100%
<b>IF 15</b>	56%	56%	69%	88%	88%

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados obtidos.

**Tabela 4 - Percentual de atendimento por requisito e por ano - COSIF**

Item	2013	2014	2015	2016	2017
CO 1	100%	100%	100%	100%	100%
CO2	94%	100%	100%	100%	100%
CO 3	94%	94%	94%	94%	100%
CO 4	69%	69%	69%	75%	75%
CO 5	44%	44%	44%	44%	50%
CO 6	75%	75%	75%	75%	88%
CO 7	88%	88%	100%	100%	100%
CO 8	50%	63%	63%	63%	63%
CO 9	31%	31%	31%	31%	31%

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados obtidos.

No atendimento ao COSIF se destacam negativamente os itens CO 5, CO 8 e CO 9. O CO 5 diz respeito aos ganhos ou perdas com derivativos e a divulgação do valor esperado para impactar o Patrimônio Líquido nos próximos 12 meses. Nenhum banco, além do Itaú, destacou este valor para os próximos 12 meses, sendo que ele somente evidenciou a informação para *hedge* de fluxo de caixa. O CO 8 se refere ao *disclosure* de transferência de riscos total ou parcial, poucos bancos divulgaram essa informação de forma específica. Por fim, o CO 9 discorre sobre derivativos de crédito e foi negligenciado principalmente no quesito de separar em taxa de *swap* de crédito ou de retorno total, visto que normalmente os bancos divulgavam o valor total ou somente do *swap* de crédito.

No atendimento ao IFRS, o IF 6 foi o que obteve maior omissão, o qual discorria sobre a necessidade da publicação na Demonstração de Resultado Abrangente dos ganhos ou perdas com os ativos e passivos financeiros a valor justo e empréstimos e recebíveis com as subdivisões de disponível para venda ou mantidos para negociação. Além do IF 6, o IF 5, que trata da divulgação de derivativos embutidos e o IF 8 sobre *hedge* de fluxo de caixa e o prazo previsto para afetarem o lucro, foram os que obtiveram menor adesão de evidenciação nas instituições analisadas.

As Tabelas 5 e 6 apresentam o nível de evidenciação no padrão IFRS e no padrão Cosif, respectivamente.

**Tabela 5 - Nível de Evidenciação no padrão IFRS**

<b>Ano</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Média	74%	74%	79%	80%	85%
Mediana	71%	71%	79%	80%	85%
Desvio Padrão	11%	11%	9%	8%	6%
Máximo	93%	93%	93%	93%	93%
Mínimo	61%	63%	68%	71%	75%

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados obtidos.

**Tabela 6 - Nível de Evidenciação no padrão COSIF**

<b>Ano</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Média	72%	73%	75%	76%	78%
Mediana	72%	74%	75%	78%	81%
Desvio Padrão	10%	10%	12%	11%	11%
Máximo	89%	89%	89%	89%	89%
Mínimo	56%	56%	56%	63%	63%

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados obtidos.

É possível observar uma alta variabilidade entre os percentuais máximo e mínimo, em ambos os métodos, assim como uma média crescente ao longo dos anos, o que indica uma evolução no nível de evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos, indo de 74% em 2013 no COSIF para 85% em 2017. Já no que tange ao IFRS, o percentual médio de atendimento foi de 72% em 2013 para 78% em 2017.

Ainda, observa-se que o desvio padrão dos percentuais referentes ao atendimento dos requisitos do Cosif permaneceu praticamente inalterado ao longo dos anos analisados, demonstrando que a média de atendimento melhorou ao longo dos anos, mas ainda existe muita discrepância entre as instituições analisadas. Contudo, quando analisado o desvio padrão dos percentuais referentes ao atendimento dos requisitos do IFRS, observa-se que este diminuiu consideravelmente ao longo dos anos analisados, passando de 11% em 2013 para 6% em 2017, ou seja, a média de atendimento aos requisitos da norma aumentou e o percentual de atendimento das diferentes instituições ficou mais homogêneo.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo identificar o nível de cumprimento dos requerimentos de evidenciação dos instrumentos financeiros derivativos pelas instituições financeiras brasileiras, de acordo com as normas do COSIF e do IFRS. Adicionalmente, buscou-se analisar se houve evolução na qualidade da evidenciação de derivativos, dando continuidade as pesquisas na área.

Foram analisadas as demonstrações contábeis das 8 maiores instituições financeiras por ativo total referentes ao período de 2013 a 2017, de forma a calcular o grau de evidenciação das operações com instrumentos financeiros derivativos. A pesquisa representa, de certa forma, uma continuidade ao trabalho de Alves (2014), que analisou o nível de evidenciação das operações com derivativos, tendo analisado o período de 2010 a 2012.

Os resultados obtidos corroboram diversos pontos levantados por Alves (2014) em seu estudo, tais como a alta variabilidade entre os percentuais de evidenciação. No entanto, observou-se uma queda significativa no desvio padrão dos percentuais de atendimento aos requisitos do IFRS, o que indica um lento, mas progressivo, avanço dos bancos na adesão à norma. Observou-se, ainda, que os bancos que possuem ADRs, ou seja, recibos de ações negociados no exterior, apresentaram um maior grau de evidenciação que seus pares que não possuem ADRs, e os bancos públicos que não possuíam capital aberto apresentaram os piores níveis de evidenciação.

Como limitações da pesquisa pode -se destacar a subjetividade na interpretação do pesquisador, que é inevitável neste tipo de pesquisa, assim como uma amostra reduzida em relação ao total de instituições financeiras dentro de um período determinado, não sendo estendível a outras instituições e períodos futuros.

Enfim, é sugerido para pesquisas futuras o aprofundamento do debate sobre o tema, como investigar a percepção de gestores e auditores sobre as dificuldades de atendimento integral da normal, também pode ser verificado se instrumentos financeiros de menor complexidade possuem um maior grau de evidenciação, para quantificar o impacto da complexidade no *disclosure* desses instrumentos e por fim pode ser pesquisado a expansão do período temporal para verificar se há evolução no grau de atendimento com o passar do tempo.

## REFERÊNCIAS

ADACHI, Vanessa. FILGUEIRAS, Maria Luíza. A Tormenta dos Derivativos. **Valor Econômico** 2018, São Paulo, 14 de Setembro 2018. Disponível em <<https://www.valor.com.br/cultura/5839233/tormenta-dos-derivativos>>.

ALVES, Rodrigo Pereira. **Evidenciação de Instrumentos Financeiros Derivativos: Cumprimento dos Requerimentos dos Padrões Cosif e IFRS pelas instituições Financeiras**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração, Contabilidade, Ciências Econômicas e Gestão de Políticas Públicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

AMARAL, Carlos Antonio Lopes Vaz do. Derivativos: o que são e a evolução quanto ao aspecto contábil. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo, v. 14, n. 32, p. 71-80, Aug. 2003

AMBROZINI, Marcelo Augusto. Análise do grau de evidenciação das operações com instrumentos financeiros derivativos pelas companhias brasileiras listadas no Ibovespa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 24, p. 25-42, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Diagnóstico da convergência às normas internacionais - IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures**. Brasília: BACEN, 2006. Disponível em <[https://www.bcb.gov.br/nor/convergencia/IFRS\\_7\\_Evidenciacao\\_de\\_Instrumentos\\_Financeiros.pdf](https://www.bcb.gov.br/nor/convergencia/IFRS_7_Evidenciacao_de_Instrumentos_Financeiros.pdf)>. Acesso em: 18 abril 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Dados Instituições Financeiras**. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/ifdata/index.html>>. Acesso em: 17 maio de 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif)**. 2010. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/denorcusif>>. Acesso em: 23 maio de 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Relatório Economia Bancária 2018**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/31122018>> Acesso em 2 de Junho de 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Resolução nº 4.662, de 29 de Maio de 2018** Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=4661> Acesso em: 18 de Maio 2019

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; TAVARES, Maria da Conceição. Desenvolvimento no Brasil: lembrando um velho tema. En: Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros-Brasília: **IPEA/CEPAL, 2002-p. 153**, 2002.

CAMERAN, Mara; PEROTTI, Pietro. What do audit fees tell us about IAS/IFRS implementation costs? The case of the banking industry. **SSRN Working Papers**, July, 2010. Disponível em: < <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm>, 2010.

CARVALHO, Nelson Marinho de. Evidenciação de derivativos. **Cad. estud.**, São Paulo, n. 20, p. 01-16, Apr. 1999

CME Group. **História dos mercados futuros internacionais**, 2019 Disponível em <https://www.cmegroup.com/pt/about/history.html> Acesso 5 de Junho de 2019.

COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**, Porto Alegre: Bookman, 2005

**COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. CPC 14: instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação.** Brasília, dez. 2008. Disponível em: < [http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/227\\_CPC\\_14.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/227_CPC_14.pdf)>. Acesso em: 12 maio. 2019.

DÁROS, Leandro Luís; BORBA, José Alonso. Evidenciação de Instrumentos Financeiros Derivativos nas Demonstrações Contábeis: Uma análise das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade Financeira- USP**. São Paulo, n.39

DELLOITTE. **International GAAP Bank Limited Illustrative disclosures under IFRS 7 as amended by IFRS 9** . September 2017 Disponível em <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/nz/Documents/audit/Deloitte-Illustrative-Financial-Statements-for-Banks.pdf>

FARHI, Maryse; BORGHI, Roberto Alexandre Zanchetta. Operações com derivativos financeiros das corporações de economias emergentes. **Estud. av.**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 169-188, 2009

FERREIRA, Tamara. Derivativos e a Contabilidade. Monografia em Ciências Contábeis **Centro Universitário UNI-BH** 2008

FIA Releases Half-Year Data on Futures and Options Volume Trends 25 July 2018 Disponível em< <https://fia.org/articles/fia-releases-half-year-data-futures-and-options-volume-trends>>. Acessado em 10 de Abril de 2019

GARCIA, Editinete André da Rocha; SOUSA-FILHO, José Milton de; BOAVENTURA, João Maurício Gama. A influência do disclosure social na relação entre Performance Financeira Corporativa e Performance Social Corporativa\*. **Rev. contab. finanç.**, São Paulo , v. 29, n. 77, p. 229-245, May 2018.

GUTTMANN, R. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Revista Novos Estudos Cebrap**, n.82, p.11-33, nov. 2008.

ISDA 2019, **It's all about the risk**. <https://www.isda.org/2019/01/25/its-all-about-the-risk>. Acesso 25 de Maio de 2019

JOHANSEN, T. R.; PLENBORG, T. (2013). Prioritising disclosures in the annual report. **Accounting and Business Research**, 43(6), 605-635

MARTINS, Vanessa Maciel. Evidenciação sobre risco de crédito pelos dez maiores bancos brasileiros nos padrões IFRS e Cosif. 2015. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília**, Brasília, 2015. [Orientador: Prof. Dr. José Alves Dantas].

MATOS, Eduardo Bona Safe et al. Utilização de derivativos e hedge accounting nas empresas brasileiras e japonesas negociadas na NYSE. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 5, n. 2, 2013.

MENDES, Andrea Faissol. Mercado futuro de petróleo: origem e desenvolvimento. **Monografia em Economia-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro**, 2003.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade de Instituições Financeiras**. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SHEN, Lucinda. Warren Buffett Just Unloaded \$195 Million Worth of These 'Weapons of Mass Destruction'. **Fortune** 2016, New York, 08/08/2016 <http://fortune.com/2016/08/08/mass-destruction-buffett-derivatives/> Acesso 10 de Maio de 2019

SWAROWSKI, Edgar Ribeiro. **Reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros pelos grandes bancos brasileiros**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/147287>>. Acesso em: 20 maio 2019.

TOLEDO FILHO, J. R.. **Mercado de capitais brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Thomson Learning, p. 117, 2006.

TOSTES, Fernando. **Gerenciamento de risco e derivativos: um estudo comparativo entre o enfoque financeiro e contábil de gerência de risco em instituições financeiras**. p. 84-90.

TURRA, Francisco José. Verificando o nível de adoção da IFRS 7/CPC 40-Instrumentos Financeiros: Divulgação por empresas brasileiras. **Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo**, 2016.

ZENARO, Fabio. O que o mercado aprendeu com a crise dos derivativos. **Valor Econômico** 2018, São Paulo, 25 de Setembro 2018. Disponível em <<https://www.valor.com.br/opiniao/5880207/o-que-o-mercado-aprendeu-com-crise-dos-derivativos>>. Acesso em 25 maio 2019.